

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DO FERJ



RELATÓRIO DE GESTÃO

janeiro a dezembro de 2022

**FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - FERJ**

MISSÃO INSTITUCIONAL

MISSÃO: Fornecer recursos, através de meios efetivos, visando à melhoria do Poder Judiciário Estadual, proporcionando soluções que viabilizem o desenvolvimento das atividades judicantes e cartorárias, bem como o atendimento satisfatório da sociedade.

VISÃO: Tornar-se uma instituição de excelência, constituindo-se como modelo de administração de Fundos Especiais do Poder Judiciário no Norte-Nordeste.

VALORES: Ética, Transparência, Imparcialidade, Responsabilidade, Produtividade, Efetividade e Segurança.

APRESENTAÇÃO

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ foi criado pela lei complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, do Estado do Maranhão, e regulamentado pela resolução nº 02/2001-TJ.

As atividades deste Fundo estão diretamente relacionadas à sua missão institucional que é a de prover o Tribunal de Justiça de recursos orçamentários para reaparelhar e modernizar o Judiciário maranhense.

Para atingir seu desiderato, o FERJ utiliza 100% (cem por cento) dos valores provenientes das custas e despesas processuais, da taxa judiciária, do preparo de recursos, das multas aplicadas ao espólio, das multas processuais cíveis e administrativas e das fianças; e 12% (doze por cento) dos emolumentos das serventias extrajudiciais.

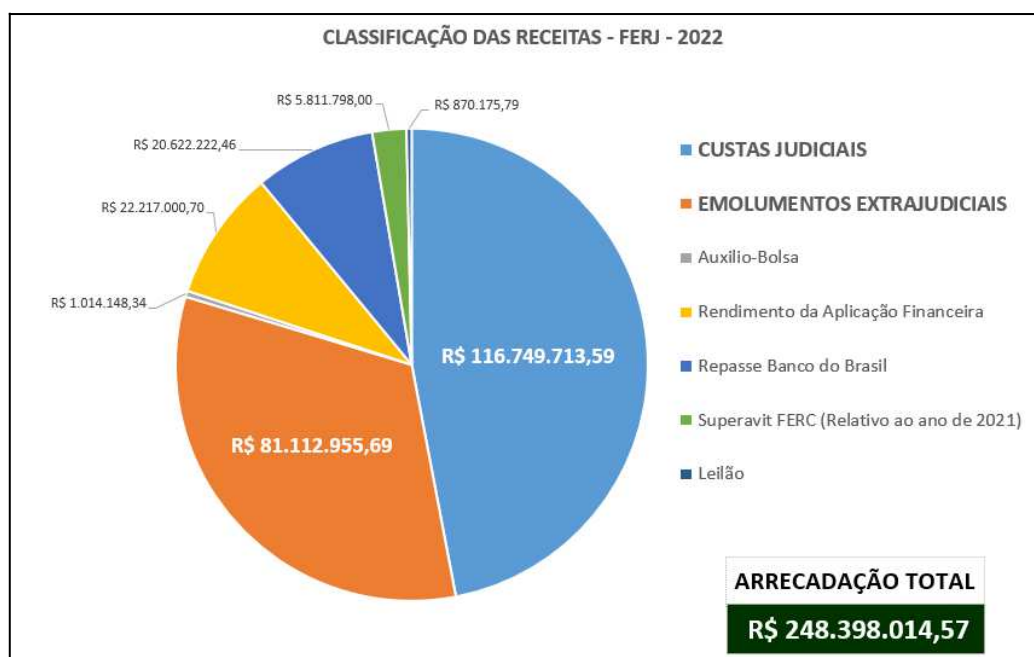
No ano de 2009 foi instituído o Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC por meio da lei complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com o objetivo de prover a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e de Óbito prevista na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, bem como de atender as determinações do art. 8º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

Atualmente, o FERJ tem a seguinte estrutura organizacional: 01 (uma) Diretoria, 01 (uma) Coordenadoria e 03 (três) Divisões – a de Fiscalização, a de Arrecadação e a do FERC.

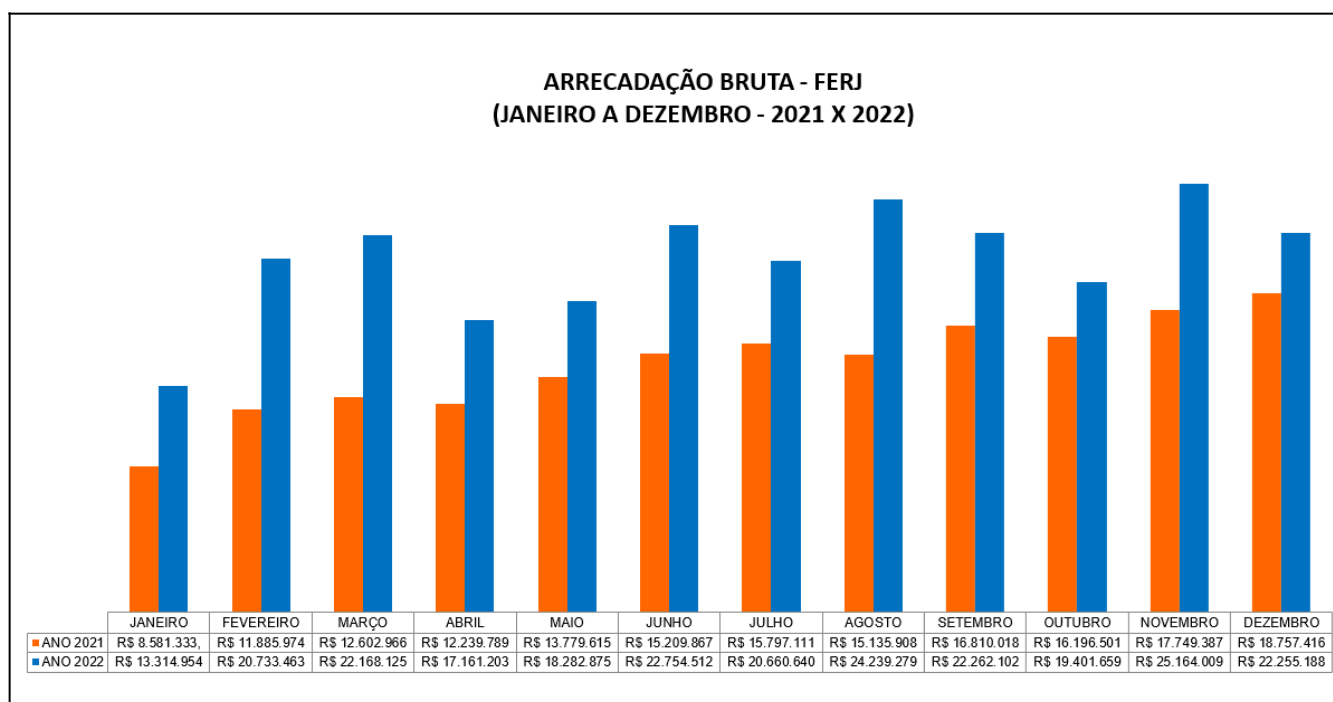
O FERJ desenvolve suas atividades através das subdivisões específicas que foram desenvolvidas para tornar o Fundo eficiente em todos os trabalhos realizados.

1. ARRECADAÇÃO TOTAL DO FERJ

Conforme artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receitas do FERJ, dentre as quais destacam-se o recolhimento de custas e despesas processuais, a taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais, repasses financeiros dos interinos, dívida ativa do Estado e receitas oriundas de auditorias externas. O FERJ arrecadou o valor de **R\$ 248.398.014,57** (duzentos e quarenta e oito milhões e trezentos e noventa e oito mil e quatorze reais e cinquenta e sete centavos), o que compreende os campos da cobrança de custas finais, protesto, fiscalização, repasses provindos dos saldos de balancetes, venda de selos de fiscalização e papéis de segurança, Superávit do FERC, transferências do Banco do Brasil, repasses do Governo do Estado e rendimentos de Aplicação Financeira.

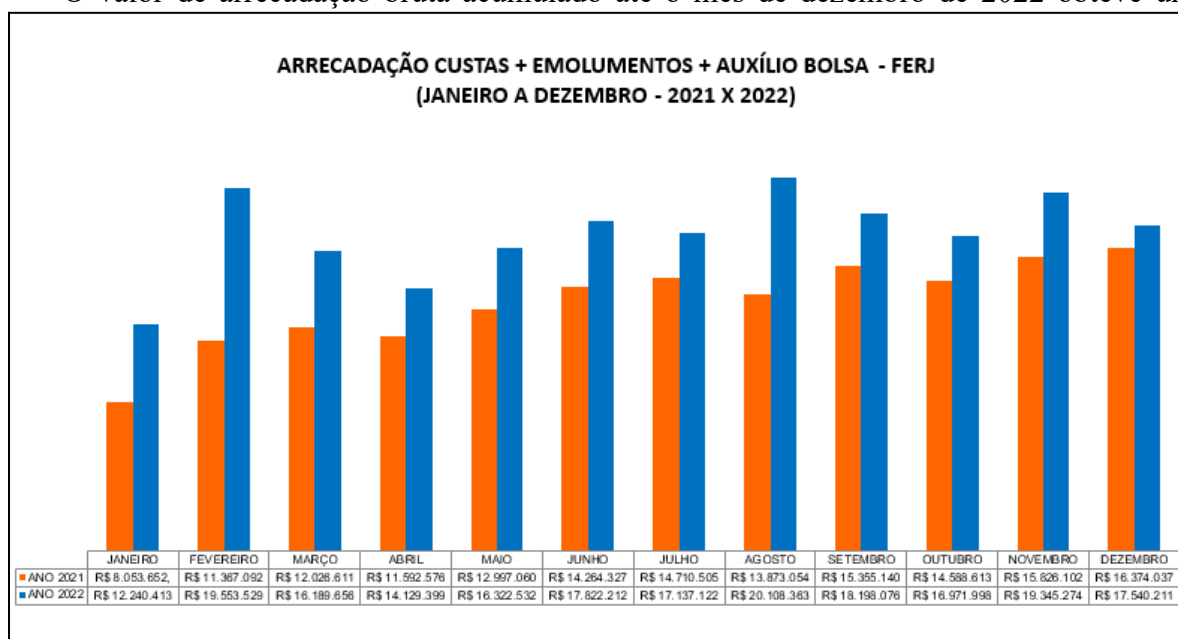


Fonte: Sistemas BB, SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)



Considerando apenas arrecadação com as receitas oriundas das custas judiciais, emolumentos extrajudiciais e fotocópias, temos os valores abaixo:

O valor de arrecadação bruta acumulado até o mês de dezembro de 2022 obteve um

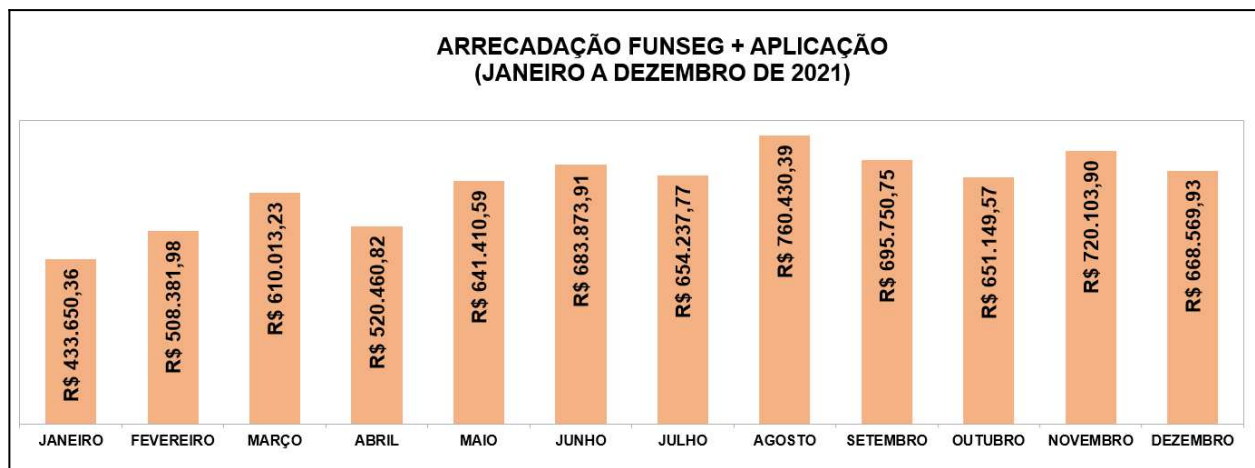


crescimento percentual em torno de **42,15%** em comparativo a arrecadação no mesmo período do ano de 2020, o que possibilitou um superávit de **R\$ 73.652.124,42** (setenta e três milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil e cento e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), no período indicado conforme tabela abaixo:

ARRECADAÇÃO BRUTA - FERJ 2022		
	ANO 2021	ANO 2022
JANEIRO	R\$ 8.581.333,45	R\$ 13.314.954,49
FEVEREIRO	R\$ 11.885.974,06	R\$ 20.733.463,00
MARÇO	R\$ 12.602.966,37	R\$ 22.168.125,96
ABRIL	R\$ 12.239.789,09	R\$ 17.161.203,13
MAIO	R\$ 13.779.615,27	R\$ 18.282.875,50
JUNHO	R\$ 15.209.867,10	R\$ 22.754.512,59
JULHO	R\$ 15.797.111,91	R\$ 20.660.640,61
AGOSTO	R\$ 15.135.908,55	R\$ 24.239.279,63
SETEMBRO	R\$ 16.810.018,30	R\$ 22.262.102,72
OUTUBRO	R\$ 16.196.501,52	R\$ 19.401.659,36
NOVEMBRO	R\$ 17.749.387,87	R\$ 25.164.009,16
DEZEMBRO	R\$ 18.757.416,66	R\$ 22.255.188,42
CRESC. PERCENTUAL	42,15%	
SUPERAVIT	R\$ 73.652.124,42	

2. ARRECADAÇÃO TOTAL DO FUNSEG

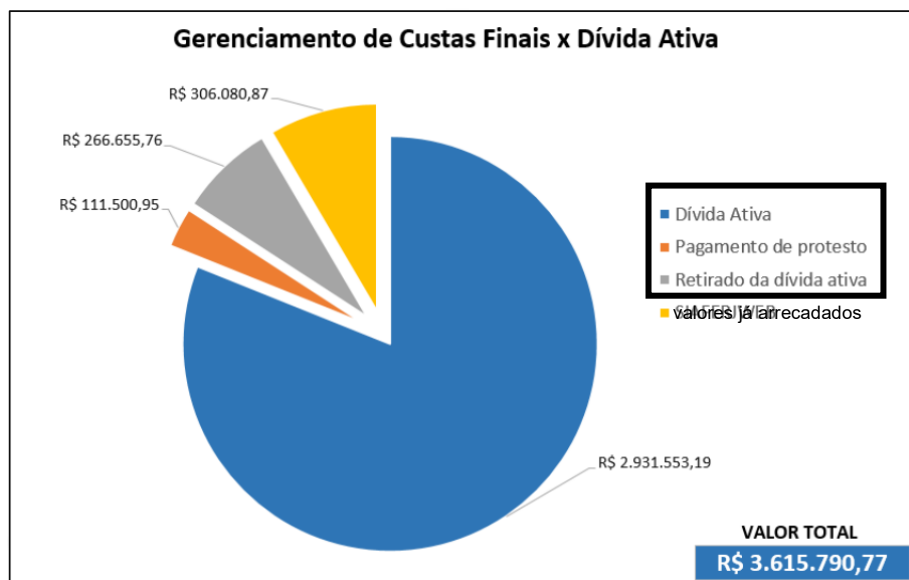
O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Maranhão (FUNSEG) tem por objetivo a captação de recursos destinados a reforma, ampliação, aprimoramento de segurança da Justiça Estadual, formação e aperfeiçoamento do serviço de segurança dos magistrados, entre outras medidas. A receita do Fundo vem da destinação de 3% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao FERJ. Assim, o FUNSEG arrecadou o valor de **R\$ 7.548.033,21** (sete milhões e quinhentos e quarenta e oito mil e trinta e três reais e vinte e um centavos), no período do janeiro a dezembro de 2022, conforme gráfico de arrecadação mensal abaixo:



Fonte: Sistemas BB, SIAFERJWEB E SAUIN (Selo Eletrônico)

3. ARRECAÇÃO DE CUSTAS FINAIS

Para o recolhimento de custas finais, a Diretoria do FERJ tem utilizado como meios de cobrança o envio de notificações e boleto via Correios e por e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Com relação aos pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Eletrônico – DJE as custas finais e, assim, os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias. Aquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no SERASA, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA. No período de janeiro a dezembro de 2022, a Diretoria do FERJ inscreveu o valor de **R\$ R\$ 3.615.790,77** (seiscentos e vinte e três mil e quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos) com custas finais, conforme gráfico abaixo:



Destacamos que o valor total arrecadado com Custas Judiciais no ano de 2022 foi de **R\$ 116.749.713,59** (cento e dezesseis milhões e setecentos e quarenta e nove mil e setecentos e treze reais e cinquenta e nove centavos), porém o valor de arrecadação com Custas Finais acima mencionado faz referência apenas aos valores de custas ou despesas processuais finais no qual houve inexistência de pagamento junto a Comarca antes do transcurso de prazo de trinta dias da notificação do devedor. Logo, o gráfico representa apenas os valores auferidos diretamente pelas atividades desta Diretoria do FERJ ao longo de 2022.

4. FISCALIZAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

A ação de fiscalização realizada pela Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ, encontra fundamento no art. 27 da Lei 9.109/2009 e no art. 32 da Resolução 2/2001, alterado pela Resolução de nº. 79/2016. Esta fiscalização tem por objetivo verificar junto às serventias extrajudiciais e secretarias judiciais a conformidade no recolhimento dos percentuais devidos aos Fundos FERJ e Fundo Especial das Serventias de Registro Civil do Estado do Maranhão- FERC, a fim de evitar evasão de receitas.

No que diz respeito a fiscalização nas serventias extrajudiciais, ação que é feita in loco, para atingir os fins a que se propõe foram fiscalizadas 49 (quarenta e nove) serventias.

Quanto a fiscalização da prestação de contas dos selos de fiscalização judicial, de 01/01/2022 a 31/12/2022, foram abertos **359** (trezentos e cinquenta e nove) processos, para regularização das pendências encontradas em cada secretaria.

Além da atividade de fiscalização das taxas devidas ao FERJ e ao FERC, com o advento do selo de fiscalização eletrônico, implementou-se mais uma ferramenta de controle a fim de verificar a conformidade na aplicação das hipóteses de isenção previstas na legislação tributária atinente aos emolumentos. Deste modo, para todo ato praticado com dispensa de emolumentos, a serventia se obriga a encaminhar cópia do ato, bem como, a documentação que fundamenta a isenção e, só depois da análise realizada pela Divisão de Fiscalização, as obrigações da serventia para com os fundos, fica resolvida, conforme dispõe o art. 18 da Resolução-GP 48/2019.

Com relação a esta ação, no período de janeiro a dezembro de 2022, foram analisadas 83.930 (oitenta e três mil e novecentos e trinta) isenções de emolumentos.

5. VENDA DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICO

Conforme RESOL-GP - 992021, os selos de fiscalização extrajudiciais são vendidos no valor de R\$ 0,37, exceto os de uso gratuito, com o fim de subsidiar a produção e manutenção da tecnologia utilizada nos mesmos. Conforme período, foram recolhidos aos cofres públicos **R\$ 2.330.952,70**, o que representa um total de **6.426.593** unidades de selos distribuídos entre as 291 serventias extrajudiciais.

6. REPASSES FINANCEIROS EFETUADOS PELOS INTERINOS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS AO TJMA

Outra fonte de receita está relacionado aos recolhimentos do saldo de Prestação de Contas dos Interinos Posição no período de 01/01 a 31/12/2022, que conforme saldos de balancetes do ano de 2021 rendeu aos cofres públicos, o valor de **R\$ 21.090.698,55** (vinte e um milhões e noventa mil e seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos) no período de levantamento.

Esse valor arrecadado é oriundo das serventias extrajudiciais com interinos que, por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, repassam valores financeiros ao FERJ, em virtude de saldo positivo, conforme determina o art. 2º do Ato da Presidência nº 09/2010.

7. AÇÕES DE MELHORIA DA ASSESSORIA TÉCNICA DO FERJ

Com o passar dos tempos muitos projetos foram criando diversos normativos que alteraram as normas originárias, desse modo, a assessoria do FERJ vem realizando um trabalho de compilação das normas, e ao mesmo tempo propondo a comissão de legislação do Tribunal através de projetos que visam unificar estes, facilitando as consultas e estudos.

As atividades realizadas pela Assessoria Técnica da Diretoria do FERJ no período em epígrafe, a qual foram relacionadas em quantitativos: os Processos de Restituição que foram dados tratamento, Processos de Auditoria/Fiscalização (análise de defesa), bem como as Decisões, Pareceres Técnicos e Jurídicos, Despachos, Informas, Memorandos, Ofícios, Projetos de Resoluções, Suscitação de Dúvidas/Questionamentos e Projetos em andamento da Nova Lei de Custas e Emolumentos, conforme relação abaixo:

7.1 PROJETOS EM ANDAMENTO:

- Projeto da Nova Lei de Custas Judiciais do Estado do Maranhão (Processo nº 34.184/2022);
- Otimização dos procedimentos- Distribuição ser realizada de forma igualitária, trazendo maior celeridade em suas atividades.

7.2 ATIVIDADES DIVERSAS:

- Foram dados tratamento a 1.285 (mil, duzentos e oitenta e cinco) processos; Decisões-DFERJ: 1.184 (mil, cento e oitenta e quatro reais) ; Pareceres-DFERJ Técnicos e Jurídicos: 1.151 (mil, cento e cinquenta e um reais) ; Despachos-DFERJ: 1.411 (mil, quatrocentos e onze reais) ; Informas-DFERJ: 47 (quarenta e sete) ; Ofícios-DFERJ: 70 (setenta) e Treinamento de Secretários Judiciais, aos quais 207 pessoas receberam treinamento por videoconferência no ano 2022.

7.3 AÇÕES A IMPLEMENTAR:

- Projeto da Nova Lei de Emolumentos do Estado do Maranhão (altera a Lei nº 9.109/2009), a exemplo da Nova Lei de Custas Judiciais.
- Projeto de alteração da Legislação que Regulamenta o FERJ (LC 48/2000 e Resolução nº 2/2001), tendo por objetivo reunir todas as normas que tratam da matéria, ab-rogando-a e criação de uma normativa completa e melhor organizada.
- Projeto de alteração da Resolução nº 48/2019, que regulamenta a utilização do selo eletrônico, especificamente em relação a restituição de emolumentos.

- Projeto de criação de Lei para regulamentar os procedimentos para restituição de valores depositados na conta do FERJ de forma indevida (Custas, emolumentos, fiança e depósito judicial).

7.4 TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL:

. Fiança: 10 dias

. Custas: 09 dias

. Emolumentos: 29 dias

- Nos Processos de Restituição de Fianças e Custas, com documentação completa (Requerimento de Restituição, Decisão, Certidão de Não Utilização da Guia, Documentos do Requerente como CPF e CNPJ, Guia e Comprovante de Pagamento), a média de tempo de tramitação dos pedidos tem sido de 10 (dez) dias.
- Nos Processos de Restituição de Emolumentos que requerem uma atenção maior dos relatórios de selos, a média de tramitação dos pedidos tem sido de 29 (vinte e nove) dias.
- O maior prazo para conclusão de alguns pedidos ocorre em virtude da demora na resposta do Requerente no momento de anexar a documentação completa, como o caso verificado no Processo nº 19.303/2022.
- Muito contribuiu para a celeridade, o aumento do quantitativo de servidores que compõem a Assessoria Técnica do FERJ.

DO PLANEJAMENTO

Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2020/2023 foi aprovado por meio da Lei nº. 11.204/2019, e autorizou a execução dos programas e ações do FERJ conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS		
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional		
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.		
Público Alvo: Sociedade		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04901 – FERJ		
Programa	Ação	Finalidade
0543 - Prestação Jurisdicional	1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário
0543 - Prestação Jurisdicional	4436 - Modernização do Judiciário	Modernizar e reaparelhar o judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional
0543 - Prestação Jurisdicional	4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos

Para as ações e programas foram previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do FERJ, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2022 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional							
Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução		%meta física
			Física	Financeira	Física	Financeira	
1656	Prédio construído, reformado ou ampliado	m2	36785	56.322.632,00	44825,27	32.700.502,64	58,06%
4436	Medido pela despesa	unidade	-	168.718.811,00	-	106.273.091,92	63,00%
4437	Servidor capacitado	unidade	4708	3.782.444,00	1864	2.567.280,66	67,87%
Subtotal do Programa				228.823.887,00		141.540.875,22	

Verifica-se que da análise da execução física – financeira do planejamento anual do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ que todas as ações foram executadas dentro das expectativas do exercício, sendo que se destaca quanto a meta física prevista e executada as pertinentes ações 4437 – Capacitação de servidor, um percentual de execução de

67,87% e ações 1656 – Prédio Construído, reformado ou ampliado, com percentual de execução de 58,06% da meta planejada. Destacando-se as seguintes obras iniciadas com recursos do Fundo:

- Contratação de empresa para construção/ ampliação do Fórum da Comarca de Açailândia e revitalização da edificação existente, conforme especificações e detalhamentos constantes do edital da Concorrência Pública nº 03/2011 e demais anexos.
- Aquisição de sistema de microgeração solar fotovoltaica on grid de 30kwp para as unidades administrativas e judiciais deste Tribunal de Justiça, conforme Pregão Eletrônico 44/2020 e Ata de Registro de Preço 122/2020.
- Contratação de empresa especializada para elaboração de documentos técnicos de arquitetura e engenharia, para subsidiar procedimentos licitatórios para atender demandas do Tribunal de Justiça, conforme Pregão Eletrônico 41/2022 e Ata de Registro de Preço 84/2022.
- Atender despesa relativa à obra de construção do Fórum da Comarca de Passagem Franca, conforme especificações e detalhamentos constantes do Edital e demais anexos da Concorrência Pública nº 02/2020
- Contratação de empresa para executar a obra de construção de Galpão em concreto pré-fabricado no Prédio anexo V deste Tribunal de Justiça, conforme especificações e detalhamentos constantes do Edital e demais anexos da Concorrência Pública nº 01/2021

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

DO ORÇAMENTO

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do FERJ para o exercício de 2022, fixou a despesa no valor de R\$ **148.882.000,00** (cento e quarenta e oito milhões oitocentos e oitenta e dois mil reais). No decorrer do exercício financeiro, após as suplementações orçamentárias, o orçamento autorizado para o período foi de R\$ **228.823.887,00** (duzentos e vinte e oito milhões oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

Por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quando abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2021:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. De Exec.
0543 - Prestação Jurisdicional	148.882.000,00	228.823.887,00	141.540.875,22	61,86%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programas apresentados acima, constatamos que o FERJ executou 61,86% do previsto para o programa 0543, produzindo um resultado muito eficaz e plenamente satisfatório, mesmo em ano de pandemia, cujas atividades foram prejudicadas devido ao cenário de restrição.

Por Ação

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do FERJ as suas ações têm características de atividades e projetos. A execução das metas físicas e financeiras já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAM A	PROJ/ ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	1656	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	56.322.632,00	32.700.502,64	58,06%
	4436	Modernização do Judiciário	168.718.811,00	106.273.091,92	63,00%

	4437	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	3.782.444,00	2.567.280,66	67,87%
Total			228.823.887,00	141.540.875,22	61,86%

Da análise dos dados acima, pode-se verificar que as ações foram executadas de forma eficiente demonstrando um percentual de realização de 61,86%, com ênfase para a ação Modernização do Judiciário de 63% da meta.

Da Ação 4437 – Capacitação de Recursos Humanos, pessoal capacitado, com percentual de execução de 67,87% do valor planejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ vem desempenhando um papel importantíssimo para o desenvolvimento do Judiciário Maranhense, pois vem batendo recordes de arrecadação e proporcionando cada vez mais recursos a serem aplicados na modernização do Judiciário Maranhense, sempre atendendo aos limites estabelecidos pela legislação e com uma postura transparente na gestão dos recursos.

Modernizar e Reaparelhar o Judiciário Maranhense é o maior compromisso deste Fundo, que no seu conjunto de trabalhos e ações, já caminha na direção de tornar-se uma instituição de excelência, mostrando-se atualmente uma referência para os Fundos Especiais do Poder Judiciário no Norte-Nordeste.

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2022

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Presidente do Tribunal de Justiça